

Projeto de estímulo à fixação de médicos no interior do Piauí, idealizado pelo SIMEPI, é aprovado na Alepi e CCJ

A GEI foi elaborada pelo Simepi e apresentada na Assembleia pelo Deputado Marden Menezes.

foto Ascorm SIMEPI



Registro da diretoria do SIMEPI apresentando e explicando sobre o projeto de interiorização dos médicos ao parlamentar Marden Menezes.

O ano de 2018 termina com uma notícia muito esperada pela classe médica piauiense: a aprovação, na Assembleia Legislativa, da proposta de Lei que estimula a fixação dos médicos da rede pública no interior do Estado. Agora, o projeto idealizado pelo Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (Simepi) e proposto pelo Deputado Estadual Marden Menezes, aguarda a sanção do governador Wellington Dias.

A Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI) foi um projeto elaborado pela equipe do SIMEPI, com o auxílio da economista Ana Célia Santos, especialista na área, e o apoio do Secretário Estadual de Saúde à época, Dr. Telmo Mesquita, que colaborou fornecendo os dados oficiais.

A GEI prevê três níveis de gratificação que variam de acordo com a distância entre o município onde o médico atua e a capital Teresina. O nível I estabelece uma gratificação de 10% sobre o vencimento do profissional que atua mais

próximo de Teresina. No nível II, a gratificação é de 15% e no nível III será de 20%, para aqueles que atuam mais distantes da capital. Além disso, a GEI elenca uma série de artigos e ferramentas para esse propósito, por exemplo: o médico não poderá ser transferido da cidade no qual está lotado sem ter realizado o estágio probatório ou um concurso de remoção. Dessa forma poderá descentralizar os serviços de saúde, assim como ajudar a população carente do interior do Estado, que não conta com uma devida cobertura de saúde no atual modelo de gestão.

Assim como o Piauí é pioneiro na criação da carreira médica, também poderá ser o primeiro Estado do Brasil a implantar um projeto dessa natureza. Para Samuel Rego, presidente do Simepi, a GEI irá auxiliar o Governo do Estado a garantir a permanência desses profissionais nos municípios mais distantes da capital. “Hoje, a maioria dos médicos está concentrada nas capitais e grandes cidades. Com a GEI o

médico que for aprovado em concurso para cidades do interior não será beneficiado pelo apadrinhamento político, algo recorrente”, enfatizou.

O Deputado Marden Menezes afirmou que a proposta do Indicativo de Projeto de Lei pode resolver tanto o problema enfrentado pelos hospitais regionais do Piauí, como também ajudar a desafogar os hospitais de Teresina, melhorando também o atendimento na capital. “Desta forma, certamente, o nível de resolutividade destes hospitais vai melhorar, diminuindo a ambulancioterapia, desafogando as filas nos hospitais de Teresina e não há dúvida que o Governo do Estado economizará recursos”.

A diretora do Simepi e da Federação Nacional dos Médicos, Lúcia Santos, lembra que antes mesmo do programa Mais Médicos ter anunciado a abertura de vagas para médicos atuarem no interior, o Sindicato já defendia a realização de concurso público e lutava por melhorias nas condições de trabalho desses profissionais para motivá-los a trabalhar em hospitais do interior. “O Piauí tem médico suficiente para atuar em todo o Estado, mas eles precisam de condições dignas para isso, tanto em relação a estrutura das unidades de saúde e hospitais, como de salário. A GEI foi criada exatamente para corrigir essas distorções e garantir uma saúde digna para todos”, arremata. ■